

RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA: CAMINHOS À FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO DECOLONIAL*

Fernanda Sacomori Candido PEDRO[√]
Gilmei Francisco FLECK^{√√}

RESUMO

No presente artigo buscamos demonstrar como a história e a literatura possuem uma base comum: seu caráter discursivo, gerado a partir da manipulação da linguagem. Desse modo, julgamos importante que os alunos, desde o Ensino Fundamental, aprendam que tanto a história quanto a literatura são discursos, produzidos por sujeitos assentados em um espaço-histórico geográfico e cultural que lhes condiciona a escrever de acordo a certos padrões e obedecendo a certas regras, sejam elas de ordem ideológica, política, econômica ou de interesse individual. Nesse intuito, consideramos que o ensino da literatura pode ser abordado desde uma perspectiva crítica, ampliando as leituras comuns e correntes com produções mais contemporâneas de cunho híbrido, crítico e descolonizador. Essas obras da literatura para jovens leitores, denominadas narrativas híbridas de história e ficção Santos (2023), aproximam-se do romance histórico contemporâneo de mediação Fleck (2017), o qual tem como premissa recontar a história a partir de visões periféricas em consonância com a vertente da história “vista de baixo”, Sharpe (1992). Ademais, apoiamos nossas discussões na teoria do romance de Lukács ([1965]2009;2011) e nos estudos decoloniais de Grosfoguel e Mignolo (2008). Concluímos, a partir deste estudo, que o trabalho inter/transdisciplinar – em especial nos possíveis diálogos entre história e literatura –, pode contribuir para a formação de leitores literários mais bem instruídos a respeito do seu passado de subjugação aos europeus e da manipulação da linguagem, enquanto instrumento ideológico de dominação.

Palavras-chave: Literatura. História. Romance histórico contemporâneo de mediação. Leitor literário decolonial.

* Artigo recebido em 30/04/2024 e aprovado em 01/07/2024.

[√] Doutoranda em Letras pela Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) em Cotutela com a Universidade de Vigo (UVigo - Espanha). É professora do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Cascavel (PR) e, também, na Secretaria de Educação do Estado do Paraná. E-mail: <fernandasacomori@gmail.com>

^{√√} Pós-doutor em Literatura Comparada e Tradução, pela Universidade de Vigo (UVigo-Espanha) e Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ Assis). Professor de Literaturas Hispânicas e Cultura Hispânica na Graduação em Letras da Unioeste, campus de Cascavel-PR. E-mail: <chicofleck@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

Na antiguidade, história e literatura compartilhavam um espaço comum, como é possível observar em obras como *A Ilíada* e *A Odisseia*, epopeias homéricas (900 a.c) consideradas como textos fundadores da literatura ocidental, sendo que essas escritas literárias eram, também, a história de um povo. Nas epopeias homéricas, narram-se fatos históricos importantes sobre a civilização grega combinados a um pano de fundo mitológico, conforme nos aponta Trouche (2006), mito e história se entrecruzavam na organização da narrativa e cabia ao leitor/ouvinte discernir entre o verídico e o imaginário.

O mundo grego, representado na narrativa, segundo Lukács ([1965]2009), corresponde ao que o autor considera como um modelo de sociedade com uma “cultura fechada”, na qual todos os sujeitos compreendem-se mutuamente, todos convergem para o mesmo objetivo, pois suas existências são, essencialmente, as mesmas. Segundo expressão do autor,

[...] o mundo é vasto, e, no entanto, é como a própria casa, pois o fogo que arde na alma é da mesma essência que as estrelas, distinguem-se eles nitidamente, o mundo e o eu, a luz e o fogo, porém jamais se tornarão para sempre alheios um ao outro, pois o fogo é a alma de toda a luz e de luz veste-se todo fogo (Lukács, 2009, p. 25).

Nessa forma de sociedade, a vida expressa a essência, o homem age de acordo com a sua alma, sua natureza, integrado, seu caminho é trilhado em consonância com o dos demais sujeitos que pertencem a esse mesmo espaço. Por isso, nas epopeias, os valores de uma personagem correspondem aos valores da comunidade, pois não há, nessa representação simbólica, separação entre interioridade e mundo externo, o homem não se sente sozinho, responsável por ele mesmo, tudo é pensado pela coletividade. De acordo com Lukács (2009, p. 26),

[...] aí não há ainda nenhuma interioridade, pois ainda não há nenhum exterior, nenhuma alteridade para alma. Ao sair em busca de aventuras e vencê-las, a alma desconhece o real tormento da procura e o real perigo da descoberta, e jamais põe a si mesma em jogo; ela ainda não sabe que pode perder-se e nunca imagina que terá de buscar-se.

Essas narrativas concentram-se nos feitos heroicos e de consolidação cultural de um povo. Assim, seu objeto nunca é o destino de um indivíduo, mas

o de uma comunidade. O herói, nesse caso, é a própria vida, e não o homem, pois “cada personagem que aparece está à mesma distância da essência, do suporte universal, e, portanto, em suas raízes mais profundas, todos são aparentados uns aos outros” (Lukács, 2009, p. 42), e, dessa forma, a subjetividade do ser não era ainda objeto artístico.

Quando esse modelo de sociedade “fechada” sofre transformações, na passagem da Idade Média para a Moderna¹, surge um novo gênero narrativo capaz de expressar as transformações sofridas pelo homem nesse período – o romance –, o herdeiro da épica antiga, objeto estético que é a expressão da modernidade problemática em busca do sentido de totalidade perdido. O romance “é a epopeia de uma era para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática” (Lukács, 2009, p. 55). Uma época na qual, de acordo com o autor, o mundo é abandonado pelo Deus do Cristianismo, um período de solidão, do demonismo, em que o homem se torna solitário, não encontra correspondência com o transcendental, por isso descobre o sentido para sua existência apenas em sua alma, que, agora, está perdida. Assim,

[...] o processo segundo o qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativo na realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento (Lukács, 2009, p. 82).

Com o surgimento do herói romanesco ocorre uma cisão entre o mundo interior e o mundo externo, o qual já não faz mais sentido para ele, por isso ele volta a atenção para a sua subjetividade, buscando compreender-se. Esse gênero expande-se no bojo do desenvolvimento do romantismo, movimento presente em todas as manifestações do pensamento intelectual na Europa, como uma ampla reação desses pensadores às vicissitudes da sociedade

¹ É importante nos lembrarmos de que essa passagem se dá com a chegada dos europeus à América, em 1492, com a tripulação de Cristóvão Colombo que, em sua viagem via Oeste para Cathay e Cipango (China e Japão), encontra-se com as ilhas do Caribe. É esse o fato histórico que dá passagem a era moderna, segundo afirma Todorov (1983) e, também, instaura, em toda a América, o processo de colonização, considerando que “‘colonialidade’ equivale a uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade” (Mignolo, 2017a, p. 13).

capitalista moderna, que transforma o ser em algo utilitário, distante de sua essência.

Nesse período ocorre a separação entre história e literatura, uma vez que, na passagem do modelo narrativo medieval para o romance moderno, o estatuto de verdade é substituído pelo da verossimilhança, discussão presente já em Aristóteles (384 – 322 a.C.), que, em sua *Poética*, expressou os limites entre o poeta e o historiador, um contando o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. Esse afastamento ocorre em um período em que há, na Europa, a necessidade de fortalecimento do nacionalismo, o sentimento de pertença, tendo em vista que as invasões napoleônicas (1803 – 1815) haviam abalado as identidades das diferentes nações do continente. Nas colônias europeias ultramarinas, esse é um momento de intenso debate por independência política, a partir das ideias da revolução Industrial (século XVII e XVIII) e Francesa (1789 – 1799) que chegavam, a passos lentos, ao outro lado do oceano.

Assim, por necessidade de que os retratos discursivos do passado construíssem uma memória nacional, bem como o imperativo político do período de consolidação de um novo mapa europeu, a história passa a ser estudada como ciência, na Alemanha, no século XIX. “Surge nesse terreno, sob a bandeira do historicismo, do combate ao espírito ‘abstrato’ e ‘anistórico’ do Iluminismo, um pseudo-historicismo, uma ideologia do imobilismo, do retorno à Idade Média” (Lukács, 2011, p. 42). Um cientificismo que estava a serviço dos ideais imperialistas que visavam a depreciar, historicamente, os modelos revolucionários da Revolução Francesa (1789 – 1799) e do Iluminismo (século XVII e XVIII) e exaltar a sociedade da Idade Média como modelo de harmonia.

O principal representante dessa corrente historiográfica é Leopold Von Ranke (1795 - 1866), prussiano e protestante, que se tornou o historiador oficial da casa de Brandemburgo, e defendia a utilização de uma metodologia científica para o estudo histórico. Segundo ele,

[...] o verdadeiro mister do historiador não consiste, como outros presumiam, no querer fazê-lo juiz supremo do passado, a fim de instruir os contemporâneos em benefício das vindouras gerações. Quem quer que se ocupe da história, ajuntou, em vez se propor tão alta missão, deve contentar-se com ambições mais modestas. O que se propõe ele é apenas mostrar (o sucedido) ‘tal como efetivamente sucedeu’ (Holanda, 1974, p. 437).

Seu lema de neutralidade nos estudos históricos – a história assim como “de fato” foi – acabou sendo interpretado como um conceito absolutista da “verdade única”, e se tornou o suporte do discurso historiográfico hegemônico por mais de um século. Embora, de acordo com Holanda (1974, p. 439), seu objetivo era “forçar a eliminação, tanto quanto possível, de pontos de vista pessoais que desfigurem o verdadeiro conteúdo”, esse posicionamento da neutralidade do historiador recebeu diversas críticas e hoje não é mais possível, com o desenvolvimento da ciência, pensar que ele exista.

Ao conceber a história como uma ciência do “único”, Ranke propôs a separação com outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, com a filosofia e a literatura, pois entendia que esses outros campos ocupavam-se de abstrações e generalizações, formulações que ele combatia, uma vez que propunha um caminho inverso para o historiador, partir do conhecimento particular para as teorias gerais. Assim, estabeleceram-se os limites entre as duas grandes formas narrativas – história e literatura –, essa seguindo no campo da arte, enquanto aquela passa ao âmbito das ciências.

No campo ficcional, os autores do gênero romanesco do século XIX, no entanto, não deixam de se interessar em revisar o passado artisticamente, sobretudo pelo crescente interesse do público leitor dessa época num gênero que passe a atender o mundo material e cultural, descrevendo hábitos e costumes dos seres, bem como sua subjetividade. Nesse sentido, o movimento romântico até então voltado para o exercício da fantasia, da fuga da realidade, ganha novos contornos mais realistas, os quais, segundo nos aponta Alonso (1942), foram definidores para o surgimento de uma nova forma de romance:

Es un rasgo principal en la fisonomía cultural de las primeras décadas del ochocientos el que los autores produzcan sin descanso y los lectores demanden sin saciarse un género de composiciones en las que los juegos inventivos de la fantasía se apliquen al terreno histórico-arqueológico, como deseos de afirmarse con realismo – aparte ahora el refugiarse en el pasado por descontento de lo actual –, y donde los sucesos sabidos informativamente por las historias exijan ser vivificados presentativamente por el arte de narrar, como con necesidad de experimentarlos y no sólo saberlos² (Alonso, 1942, p. 47).

² Nossa tradução: É um traço principal da fisionomia cultural das primeiras décadas dos oitocentos que os autores produzam incansavelmente e os leitores exijam sem saciar um gênero de composições em que os inventivos jogos de fantasia se apliquem ao terreno histórico-arqueológico, com desejo de afirmar-se com realismo – para além de se refugiar no passado por

É com base nesses novos ideais do movimento romântico de proximidade da ficção com a realidade, que o autor afirma ter despontado o gênero romance histórico, como podemos ver no fragmento citado à continuação:

*Aquí es donde la novela histórica se inserta en la trama de ideales del movimiento romántico, en el que no sólo se ha de ver el gusto por lo maravilloso y por las lejanías desdibujadoras, [...] sino también la voluntad de objetivación en el arte, raíz del próximo realismo*³ (Alonso, 1942, p. 47).

Embora mesmo antes do romantismo, de acordo com esse autor, já houvesse uma abundante produção de narrativas com elementos históricos, foi Walter Scott (1771 – 1832) quem deu impulso a esse gênero que foi, a partir da obra *Ivanhoé* (1819), um sucesso em toda a Europa. Corroborando essa afirmação, Lukács (1971) é incisivo em afirmar que os parâmetros conformadores do gênero romance histórico foram dados por Scott, a partir da publicação da obra *Waverly*, em 1814, época próxima da queda de Napoleão (1769 – 1821), em que o autor, de forma consciente e articulada, cria uma trama amorosa, na qual se mesclam os elementos ficcionais com os dados históricos.

No século XX surgem novas perspectivas de aproximação entre literatura e história, “a forte influência recíproca e a grande permuta de procedimentos e processos discursivos entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional [...]” (Trouche, 2006, p. 33), as quais apontam, atualmente, para uma tendência na relativização dos limites rígidos entre as duas áreas, uma vez que tanto história como ficção são consideradas por teorias atuais como produtos de linguagem. Essa renovação no campo historiográfico começou a se engendrar a partir da Escola dos Annales, um movimento historiográfico francês do século XX que visava incorporar os métodos das ciências sociais à história. Os historiadores da chamada nova história promoveram uma revisão conceitual por empreenderem diversas críticas aos métodos da história tradicional, amplamente utilizado na historiografia daquela época, e até os dias atuais. A primeira delas foi “recusar a

descontentamento com o atual –, e onde os acontecimentos conhecidos informativamente pelas histórias exigem ser apresentados pela arte de narrar, como pela necessidade de os vivenciar e não apenas conhecê-los (Alonso, 1942, p. 47).

³ Nossa tradução: É aqui onde o romance histórico se insere na trama dos ideais do movimento romântico, em que não só se vê o gosto pelo maravilhoso e por distâncias obscuras, mas também a vontade de objetivar na arte, raiz do próximo realismo (Alonso, 1942, p. 47).

história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator” (Le Goff, 1990, p. 31), pois, segundo eles, esses relatos não se adentram nos motivos e causas dos fatos apresentados.

Para a nova história esses “grandes acontecimentos são, em geral, apenas a nuvem – muitas vezes sangrenta – levantada pelos verdadeiros acontecimentos sobrevividos antes deles, isto é, as mutações profundas da história” (Le Goff, 1990, p. 16). Desse modo, essa nova corrente historiográfica com diversos enfoques e vertentes, passou a se interessar, segundo Burke (1992), de modo geral, pela história de toda a atividade humana, da análise das estruturas da sociedade, com a história “vista de baixo” Sharpe (1992), revelando a opinião das pessoas comuns, com a utilização de novas fontes e com a substituição da pretensa objetividade do historiador de apresentar os fatos do passado como versão única do acontecido, ou seja, uma história profunda e total.

Inicia-se, com esse novo enfoque historiográfico, um diálogo com a ficção, pois, na arte literária da segunda metade do século XX – em se tratando de romance histórico –, surge uma nova modalidade de escrita híbrida crítica à história hegemônica tradicional. Também verificamos nessa nova vertente romanesca híbrida um interesse pela história contemporânea, em especial na vertente da história “vista de baixo” Sharpe (1992). Nesse sentido, Trouche (2006, p. 40) explana que “histórico não é agora apenas o fato remoto, já consagrado e congelado nos registros oficiais. É, também, o fato contemporâneo.” Por conseguinte, passa a interessar tanto aos historiadores quanto aos romancistas, a vida cotidiana do homem comum, inserido no seu tempo histórico.

Ao verificarmos mudanças tão significativas nos paradigmas da história tradicional rankeana não podemos deixar de estabelecer, também, o paralelo com as transformações significativas que o romance histórico sofreu a partir das décadas de 1930 e 1940, inserido no contexto da nova narrativa latino-americana, pois, conforme nos esclarece Esteves (2013), essas transformações foram observadas tanto no campo da história como na concepção de romance, tendo em vista que,

[...] gradativamente, a crença nos relatos totalizadores se esvai. Nesse contexto, o romance se torna fragmentado, apontando para o fim da autoria, uma vez que a possibilidade do narrador onisciente decai. Também a história acabará por assimilar tais inovações. Desse modo, em tempos de pós-modernidade, ambos, romance e história, são

considerados construtos culturais, diluindo, portanto, as antigas diferenças (Esteves, 2013, p. 10-11).

Esse é um momento de ruptura na América Latina com os romances históricos clássicos scottianos e tradicionais na área do romance histórico, os quais se irmanavam, discursivamente, com os relatos lineares da história hegemônica tradicional. Assim, as escritas híbridas, em nosso contexto, passam a se enfrentar com o discurso historiográfico tradicional, ao proporem uma aberta desconstrução dos eventos do passado e das personagens consagradas pela historiografia tradicional, as quais recebem um tratamento paródico, carnavalizado e irônico pela escrita, agora, crítica do novo romance histórico latino-americano e da metaficção historiográfica.

Nesse novo grupo, os escritores do continente colonizado demonstram sua posição crítica frente ao colonialismo europeu – instituído por séculos e preservadas reminiscências em muitas atuais nações – e buscam vias de revelar outras possíveis versões para o passado de dominação que viveram as sociedades latino-americanas, além de desenvolver a necessidade de um pensamento descolonial. Este termo “descolonial” surge no território antes colonizado pela Europa na América Latina e se remete

[...] a la variedad de respuestas que se han dado a través de los siglos y en distintos continentes, al proceso de formación y consolidación de “Occidente” (una formación epistémica que surgió al norte del Mediterráneo y se consolidó en el Atlántico) y su expansión alrededor del globo. Hay una larga historia, y una genealogía de intervenciones descoloniales, desde el siglo XVI al XX, en América, Asia y África, cuya historia, análisis y consecuencias los proyectos descoloniales están ya realizando y poniendo de relieve y que, esperamos, se continúe hacia el futuro⁴ (Grosfoguel; Mignolo, 2008, p. 31).

O pensamento descolonial constitui um conjunto de atividades de enfrentamento ao discurso e às ações coloniais (também em suas reminiscências), o qual foi engendrado a partir da retórica europeia da modernidade/civilidade e usado como pretexto para realizar as diversas

⁴ Nossa tradução: [...] à variedade de respostas que estão sendo dadas ao longo dos séculos e nos diferentes continentes, ao processo de formação e consolidação do “Ocidente” (uma formação epistêmica que surgiu ao norte do Mediterrâneo e se consolidou no Atlântico) e sua expansão em torno do globo. Há uma longa história, e uma Genealogia de intervenções descoloniais, desde o século XVI ao século XX, na América, Ásia e África, cuja história, análise e consequências os projetos descoloniais já estão realizando e pondo em evidência e que, esperamos, continue no futuro Grosfoguel; Mignolo, 2008, p. 31).

dominações de terras e povos, como o que ocorreu na América a partir dos projetos de expansão territorial europeias do final do século XV e no século XVI. São ações realizadas nas sociedades antes colonizadas no intuito de se desprender daquele conhecimento de base eurocêntrica nelas implementadas, dando luz às tradições híbridas dos países colonizados, a fim de que os cidadãos dessas localidades tomem consciência de sua posição subalterna e das heranças coloniais que ainda os afetam na atualidade. É sobre as características e a evolução do gênero romance histórico que nos dedicamos a seguir.

2 O GÊNERO ROMANCE HISTÓRICO: UMA TRAJETÓRIA DE RENOVAÇÕES

Nas obras inaugurais do romance histórico, produzidas por Scott, no século XIX, as personagens são condicionadas à época do tempo histórico recriado, sendo puramente ficcionais, e vivem, na diegese, uma história de amor que tem como pano de fundo um evento histórico, no qual personagens extraídas da história aparecem na ficção. O momento histórico europeu, no qual surgiu o gênero, era o de reconstrução das nações dominadas pela França – poder incorporado à pessoa de Napoleão Bonaparte – por um século, por isso, não interessava ao autor criticar o discurso historiográfico, uma vez que se buscava, à época, incentivar o nacionalismo e o patriotismo da população, exaltando os feitos heroicos de personagens da sua história e alertando a população para que se evitassem novas dominações. Desse modo, as obras scottianas serviram para dar aval à história cientificista hegemônica do período, ou seja, auxiliaram para louvar os heróis do passado, a fim de criar um sentimento de pertença à nação em reconstrução.

Essa forma de a ficção manipular o dado histórico – sem criticar a história hegemônica – caracteriza-se, segundo aponta Fleck (2017), como uma das premissas do primeiro grupo de romances históricos produzidos no ocidente. Essas narrativas híbridas primeiras são consideradas por Fleck (2017) como acríticas. Esse grupo possui duas modalidades: além da clássica scottiana, existe a modalidade tradicional que, ainda no romantismo, derivou da scottiana, sendo que a última difere dos modelos clássicos de Scott pelo desaparecimento da estrutura do pano de fundo, trazendo, ao centro da diegese romanesca, o

próprio evento histórico – que é renarrativizado pelas técnicas da ficção – e as personagens que o protagonizaram na versão historiográfica hegemônica são, também, as protagônicas na ficção.

No século XX, no bojo das ideias de renovação artística do modernismo hispano-americano, o qual, na literatura da América Latina, incorporou discussões críticas a respeito do processo de violência que os países colonizados sofreram em suas identidades e culturas, que foram forjadas pelo olhar de fora, do colonizador, com base em um discurso impositivo dos conceitos de unidade e pureza, os autores de romances históricos inseriram novas intenções na releitura do passado. Essas intenções revisionistas do passado instauradas pelos narradores latino-americanos causaram as primeiras rupturas com o grupo de romances acrílicos, tanto da modalidade clássica como da tradicional, quanto com o discurso hegemônico da história rankeana que, também, imperou nas primeiras academias de história nos países latino-americanos após as independências.

As produções dessa fase seguem uma tendência dos escritos latino-americanos inseridos na “nova narrativa latino-americana”, que se implementou a partir da década de 1940 e teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970, conhecido como o *boom* da literatura latino-americana. Essa narrativa privilegia o experimentalismo linguístico e formal com o emprego de técnicas escriturais como a paródia, a carnavalização, a heteroglossia, os barroquismos, os neologismos. Com isso, a linguagem começa a ser via de descolonização, ao romper com a homogeneidade da língua europeia, transplantada, segundo Octavio Paz (1994), à América, e presente, em sua “pureza”, nas obras até então produzidas no nosso continente. Esse movimento, como reação ao culto de unidade e pureza e ao discurso monológico do colonizador, apresenta, em suas expressões artísticas, outra característica,

[...] marcada por heterogeneidades, polifonias e cruzamentos onde a recuperação identitária estaria mais aberta à recuperação de traços, vestígios, fragmentos e de vozes até então inaudíveis, do que ao registro das vozes legitimadas e oficiais (Bernd, 1998, p. 27).

Dessa forma, os autores latino-americanos centram suas produções nas características diferenciadoras do continente: a hibridização, a mestiçagem, os entrecruzamentos temporais, as simbioses e sincretismos que se originaram da mistura de culturas que constituiu as sociedades das nações latino-americanas.

Desse modo, as imagens cristalizadas de heróis e dos efeitos exaltadores de suas ações, arditamente constituídos na escrita historiográfica tradicional – sempre centrada nos europeus ou representantes do poder colonizador –, são desconstruídas na ficção, revelando os lados “escuras da colonialidade” Mignolo (2017a), pelo emprego de estratégias escriturais e recursos estruturais que priorizam o múltiplo, o paródico, o carnavalesco, o irônico, o plural, o heterogêneo, o subalterno e o colonizado.

Nessa segunda fase, temos, segundo esquematiza Fleck (2017), duas modalidades: o novo romance histórico latino-americano e a metaficção historiográfica, as quais têm o propósito de indagar sobre a hegemonia do discurso difundido pela historiografia tradicional e, também, pelo discurso apologético que reforçava o anterior pela própria literatura. Nesse contexto desconstrucionista, se o novo romance histórico latino-americano ataca frontalmente o discurso objetivo e assertivo da historiografia tradicional e a imagem exaltadora dos heróis europeus da “conquista” e colonização da América, por meio da carnavalização, da ironia do grotesco, das intertextualidades, para revelar múltiplas perspectivas de um mesmo passado, a metaficção historiográfica vai ainda além: expõe ao leitor, na superfície textual, que qualquer que seja a versão sobre o passado, no presente, ela não passa de um discurso, de uma artimanha de linguagem, de um jogo de interesses que busca perpetrar-se às gerações futuras.

Dentro desse grupo de romances que nutrem uma perspectiva crítica, observa-se, ainda, uma outra modalidade, crítica/mediadora, denominada por Fleck (2017), como romance histórico contemporâneo de mediação. Nessa modalidade mais atual de romances históricos abandonam-se as estratégias altamente desconstrucionistas e os anacronismos exacerbados, característicos das modalidades do novo romance histórico latino-americano e da metaficção historiográfica.

Essa modalidade, centrada em uma perspectiva silenciada, excluída, menosprezada, visa, entre outras ressignificações do passado, estabelecer um diálogo entre colonizador e colonizado, ao dar voz ao discurso que a história não valorizou. As narrativas dessa modalidade expressam uma ideologia descolonizadora, privilegiam personagens periféricos, constroem outro discurso sobre o evento histórico, o da margem, porém, sem desconstruir o discurso

histórico tradicional, nem as personagens já consagradas nele, uma vez que isso já não é mais necessário nos dias de hoje, pois, segundo Fleck (2017), a segunda fase crítica/desconstrucionista do gênero – que ainda está em vigor – já deu conta dessa questão.

A partir dessa nova modalidade, que abandona o experimentalismo linguístico e as estratégias altamente desconstrucionistas da segunda fase de escritas híbridas de história e ficção na América Latina, essas obras tornam-se acessíveis a um público mais amplo – menos especialista em teorias e ainda em fase de formação leitora –, tendo em vista que, conforme nos esclarece Fleck (2017, p. 106),

[...] os romances históricos contemporâneos de mediação, justamente pela redução da complexidade na linguagem e na estrutura, atinge a um leitor bastante amplo, uma vez que podem ser compreendidos por jovens leitores ainda em formação, ou mesmo por aqueles leitores adultos que, ao longo de seu processo de escolarização, não tiveram a oportunidade de se tornar leitores críticos, considerando-se essa a etapa mais avançada do processo de formação de leitores que, em nossa realidade escolar, poucas vezes chega a acontecer.

Nesse sentido é que começamos a vislumbrar, na literatura brasileira mais atual, várias obras híbridas de história e ficção juvenis brasileiras cujas características se aproximam bastante dessa modalidade do romance histórico, porém sua escrita está voltada a um público juvenil, ainda em idade escolar da fase fundamental do ensino. Cumpre ressaltar que não denominamos essas escritas híbridas de história e ficção para o público juvenil como romances históricos, pois muitas delas – justamente por estarem dirigidos a um público bastante jovem – não apresentam a complexidade do gênero romance, aproximando-se, algumas vezes, do conto, outras, da fábula ou das lendas. Esse motivo nos leva a denominá-las de “narrativas híbridas de história e ficção juvenis”, sem especificação do gênero narrativo a que pertençam, fato que, no nosso caso, não tem importância maior. Assim, entendemos por “narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil” as escritas literárias voltadas ao leitor em processo de formação, ou seja, ao público estudantil do Ensino Fundamental, nas quais os autores, de forma consciente, voltam-se a um período específico de nosso passado, citam personagens anteriormente apontadas em documentos oficiais, inserem na diegese, pelas intertextualidades, materiais históricos na ficção, Santos (2023).

Os vínculos existentes entre a literatura juvenil brasileira, que nós aqui destacamos junto a Santos (2023), com a produção híbrida de história e ficção destinada ao público adulto – sobretudo com o romance histórico contemporâneo de mediação, descrito por Fleck (2017) – e, da mesma forma, o diálogo dessas ressignificações literárias do passado com as premissas da Nova História têm nos revelado o potencial descolonizador dessas leituras. Elas são possíveis de serem implementadas com os estudantes do Ensino Fundamental I e II, em especial na formação do leitor literário decolonial, com a devida mediação de um professor, também leitor literário decolonial.

Desse modo, observamos as narrativas híbridas juvenis em amplo diálogo com a História Nova, uma vez que elas apresentam releituras do passado a partir do viés dos marginalizados pelo discurso oficial. Tais produções, que evidenciam as diversas e possíveis perspectivas sobre o passado colonial da América Latina, alinham-se às ações de pensadores latino-americanos que tratam da implementação do pensamento decolonial. De acordo com Mignolo (2017b, p. 6),

[...] o pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa quanto entre a Europa e as suas colônias.

É nesse contexto que entendemos por leitor literário decolonial aquele sujeito que passa pela experiência estética e social proporcionada pela leitura de obras literárias, mas que é, também, um leitor que precisa conhecer a nossa história não só pelo viés tradicional, mas que se descoloniza por meio da formação leitora, tal como nos apresenta Fleck (2023, p. 23):

[...] usamos o adjetivo “decolonial” – usualmente aplicado a processos, práticas e perspectivas, como ocorre em “pensamento decolonial”, “movimento decolonial”, “perspectiva decolonial”, “projeto decolonial”, “práticas decoloniais”, entre tantas outras expressões – para nos referirmos ao sujeito que, ao se desprender da lógica colonialista e vislumbrar outros mundos possíveis, e, mais ainda, reconhecer sua(s) identidade(s) e se rebelar contra o lugar a que sempre foi confinado pelos detentores do poder (ou dos poderes instituídos), acaba por descolonizar seu pensamento, isto é, pensar em uma lógica outra que aquilo que foi estabelecido como cânones de pensamento.

Esse leitor, na nossa opinião, deve ser apresentado aos caminhos da descolonização, pela compreensão dos discursos tanto do colonialismo do passado e suas reminiscências no presente da colonialidade, quanto das ressignificações propostas a eles na arte literária hodierna. A fim de que se torne um sujeito ciente de seu passado colonialista – de submissão aos ditames da retórica da modernidade/civilidade europeia – e da colonialidade do seu presente – a qual estende a dinâmica do poder colonialista aos nossos dias – que, nas palavras de Fleck (2023), exerça um contrapoder.

Dessa maneira, contribuir para a formação de um leitor literário decolonial, configura-se em uma ação decolonial que tem como base teórica os estudos do grupo modernidade/colonialidade. Esse grupo, composto por estudiosos latino-americano, reúne-se para apresentar estudos desde o hemisfério sul. Em suas discussões, esclarecem os conceitos de colonialismo (colonial/colônia) como o processo de posse territorial iniciada, no caso brasileiro, em 1500 pelos portugueses e a descolonização o momento da independência em 1822. No entanto, depois da independência territorial, no intuito de manter as premissas instituídas no período colonial, de subjugação, inferioridade racial e de gênero, dependência econômica aos países imperialistas, passa a ocorrer uma outra forma de colonização – a colonialidade –, como podemos observar no excerto à continuação:

Los conceptos de colonialidad y decolonialidad trascienden los conceptos de colonización y descolonización. [...] El “colonialismo” se refiere a la colonización territorial por imperios de Europa occidental con la conquista del “Nuevo Mundo”. Por lo tanto, la “descolonización” fue el proceso político realizado para poner fin a esta colonización – posesión – territorial iniciada en 1492 para viabilizar la expansión del capitalismo emergente. Sin embargo, simultáneamente hubo otro tipo de colonización: del poder, del saber, del ser y de la naturaleza. “Colonialidad” es el concepto que traduce este tipo de colonización, que sobrevivió a la colonización territorial y condiciona la geopolítica internacional y las relaciones intrarregionales en el mundo [...] ⁵ (Mignolo, 2000 apud Walsh, 2013, p. 479).

Dessa maneira, é possível compreender a colonialidade como reminiscência que sobreviveu à colonização territorial e continua a condicionar a geopolítica internacional e a atuar, sobretudo, nas mentes, no imaginário e nas

⁵ Nossa tradução: Os conceitos de colonialidade e decolonialidade transcendem os conceitos de colonização e descolonização. [...] O “colonialismo” se refere à colonização territorial pelos impérios da Europa ocidental com a conquista do “Novo Mundo”. Por isso, a “descolonização” foi o processo político realizado para pôr fim esta colonização – posse – territorial iniciada em 1492 para viabilizar a expansão do capitalismo emergente. No entanto, simultaneamente, existiu outro tipo de colonização: do poder, do saber, do ser e da natureza. “Colonialidade” é o conceito que traduz este tipo de colonização, que sobreviveu à colonização territorial e condiciona a geopolítica internacional e as relações intrarregionais no mundo [...] (Mignolo 2000 apud Walsh, 2013, p. 479).

identidades dos povos antes colonizados. Assim, enveredar pela formação de um leitor literário decolonial pressupõe propor ações que atuem nessas dimensões. Isso significa que tal leitor deve partir do lugar destinado ao colonizado, espaço que lhe foi outorgado pelo poder, e se insurgir contra essa determinação, alterando a lógica da colonialidade de manter inalterada a estratificação social produzida pelo colonialismo na América Latina, dando, assim, o giro decolonial – a capacidade de pensar outras formas e outros meios de vida e de produção Fleck (2023). E que, ao reconhecer o seu lugar social, “progressivamente, empreenda uma caminhada rumo à descolonização de sua mente, de sua identidade e de seu imaginário, pelo cultivo do pensamento decolonial e das ações que, necessariamente, devem, dele, proceder” (Santos, 2023, p. 71). Para atingir tal objetivo, apresentamos, a seguir, um quadro com exemplos de narrativas híbridas de história e ficção juvenis brasileiras por nós mapeadas e catalogadas, especificamente sobre a temática do “descobrimento” e da colonização do Brasil.

3 NARRATIVAS HÍBRIDAS DE HISTÓRIA E FICÇÃO JUVENIS SOBRE A COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Dentro do recorte temático proposto, apresentamos, abaixo, no quadro 1, em ordem cronológica de publicação, exemplos de narrativas híbridas de história e ficção para o público leitor juvenil, ou seja, estudantes do Ensino Fundamental – anos finais –, em processo de formação leitora.

Quadro 1 – Narrativas infantis e juvenis brasileiras sobre a temática do Brasil Colonial (1500 - 1822)

Título da obra	Autor	Ano de publicação	Temática específica /indicação	Grupo: Acrítico ou Crítico
<i>O Gigante de Botas</i>	Ofélia e Narbal Fontes	1941	Bandeirantes	Acrítico
<i>Zumbi dos Palmares</i>	Leda Maria de Albuquerque	1944	Quilombo dos Palmares	Crítico
<i>Coração de Onça</i>	Ofélia e Narbal Fontes	1951	Bandeirantes	Acrítico
<i>O Degredado</i>	Alves Borges	1953	Descobrimento do Brasil	Crítico
<i>Viagem ao mundo desconhecido</i>	Francisco Marins	1980	Descobrimento do Brasil	Crítico
<i>Os bandeirantes</i>	Mustafa Yazbeck	1985	Bandeirantes	Acrítico

<i>Saruê, Zambí!</i>	Luiz Galdino	1985	Quilombo dos Palmares	Crítico
<i>Atrás do paraíso</i>	Ivan Jaf	1995	Descobrimto do Brasil	Crítico
<i>Não acredito em branco</i>	Celso Antunes e Telma Guimarães Castro de Andrade	1996	Descobrimto/Colonização do Brasil	Crítico
<i>O vampiro que descobriu o Brasil</i>	Ivan Jaf	1999	Descobrimto do Brasil	Crítico
<i>Os fugitivos da esquadra de Cabral</i>	Angelo Machado	1999	Descobrimto do Brasil	Crítico
<i>As princesas e os segredos da Corte</i>	Elisabeth Loibl	2000	Independência do Brasil	Crítico
<i>Memórias de um bandeirante</i>	Sonia Sant'Anna	2001	Bandeirantes	Acrítico
<i>A Corte chegou, o Rio de Janeiro se transforma</i>	Cândida Vilares e Vera Vilhena	2007	A vinda da Família Real ao Brasil	Crítico
<i>Bárbara e Alvarenga</i>	Nelson Cruz	2007	Inconfidência Mineira	Crítico
<i>Dirceu e Marília</i>	Nelson Cruz	2007	Inconfidência Mineira	Crítico
<i>Tumbu</i>	Marconi Leal	2007	Tráfico negreiro e escravidão	Crítico
<i>Um vampiro apaixonado na corte de D. João</i>	Ivan Jaf	2007	A vinda da Família Real ao Brasil	Crítico
<i>As revoltas do vampiro</i>	Ivan Jaf	2008	Inconfidência Mineira	Crítico
<i>Degredado em Santa Cruz</i>	Sonia Sant'Anna	2009	Descobrimto do Brasil	Crítico
<i>O Quilombo encantado</i>	Marcos Mairton	2010	Quilombo/ Escravidão	Crítico
<i>Mil e quinhentos: ano do desaparecimento</i>	Alan de Oliveira	2012	Descobrimto do Brasil	Crítico
<i>Os estrangeiros</i>	Marconi Leal	2012	Bandeirantes e Jesuítas	Crítico
<i>Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta</i>	Sonia Rosa	2012	Escravidão	Crítico
<i>Enquanto o dia não chega</i>	Ana Maria Machado	2013	Tráfico negreiro e escravidão	Crítico
<i>A viagem proibida: nas trilhas do ouro</i>	Mary Del Priore	2013	Inconfidência Mineira	Crítico
<i>A descoberta do Novo Mundo</i>	Mary Del Priore	2013	Colonização do Brasil	Crítico
<i>O vampiro e o Zumbi dos Palmares: Escravidão e resistência na história do quilombo mais famoso do Brasil</i>	Ivan Jaf	2013	Formação dos Quilombos	Crítico
<i>Leopoldina: uma vida pela independência</i>	Roselis Von Sass	2014	Independência	Acrítico
<i>A bacalhoadada que mudou a história</i>	Luiz Eduardo de Castro Neves	2015	Família Real	Acrítico
<i>Dom Pedro I vampiro</i>	Nazareth Fonseca	2015	Dom Pedro I	Crítico
<i>Todo dia é dia de independência: Dramaturgia: da Recolta</i>	Antônio Carlos Santos	2015	Revoltas populares no período colonial	Crítico

<i>Beckman, de 1684, à Conjuração Baiana, de 1798</i>				
<i>O apátrida: a saga de um degredado no Novo Mundo</i>	Júlio Moredo	2020	Descobrimto do Brasil	Crítico
<i>Dandara e Zumbi</i>	Maria Julia Maltese; Gabriela Bauerfeldt e Orlando Nilha	2021	Escravidão/Quilombo de Palmares	Crítico
<i>Dandara e a falange feminina de Palmares</i>	Leonardo Chalub	2021	Escravidão/Quilombo de Palmares	Crítico
<i>Palmares de Zumbi</i>	Leonardo Chalub	2021	Escravidão/Quilombo de Palmares	Crítico

Fonte: Elaborado por Vilson Pruzak dos Santos (2023), com a colaboração da equipe “Ressignificações do passado na América”, atualizado pelos autores em 2024.

Ao observamos o quadro acima, podemos ter uma ideia da variedade de abordagens que esse período histórico do “descobrimento” e da colonização (1500-1822) tem suscitado nos autores brasileiros no âmbito juvenil. Vários eventos e distintas personagens são revisitados por essas narrativas híbridas que, entre a tradição vinculada à exaltação do passado e uma proposta de olhares outros sobre esses acontecimentos, trazem à contemporaneidade ações e sujeitos que, no passado, constituíram as primeiras etapas da formação de nosso povo e sociedade.

Inseri-las em um processo de leitura na escola, com vistas à formação de um leitor profícuo, apto a identificar as diferentes manipulações estéticas, discursivas e ideológicas que a linguagem sofre nesse processo de escrita das narrativas híbridas, requer a presença de um docente mediador habilitado a proceder essa leitura ancorada tanto nos pressupostos básicos das diferentes correntes historiográficas – tradicional ou da Nova História – quanto nas teorias da decolonialidade. São essas as bases que podem assessorar o docente a classificar as produções em acríicas ou críticas/mediadoras para que, dessa forma, ele possa indicar aos seus alunos aquelas que possam auxiliá-los a descolonizar suas mentes, imaginários e identidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbramos uma grande potencialidade de formação leitora nas produções híbridas de história e ficção juvenis que se aproximam à modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação para estudantes brasileiros

desde os primeiros passos na formação leitora, iniciados no Ensino Fundamental. Elas podem ser, também, elos inter/transdisciplinares no trabalho docente escolar, onde a formação de leitores deve ocupar um espaço primordial entre todas as áreas do conhecimento.

Consideramos essas produções uma alternativa muito viável para um projeto de leitura a ser desenvolvido no espaço institucional das escolas do Ensino Fundamental, pois, tais obras podem ser utilizadas tanto nas aulas de literatura quanto, também, na área de história para oferecer aos estudantes novas fontes para problematizar e ressignificar o passado do nosso país e, inclusive, envolver outras áreas com ampliação de conhecimentos necessários aos alunos, como a geografia, a educação artística, a ciência, etc. Dessa forma, podemos estabelecer relações entre o ensino de literatura com o ensino de história, de artes, de geografia, de ciências e promover o que consideramos a meta do ensino da leitura na Educação Básica: a formação do leitor literário que se encaminha à descolonização pelo cultivo dos pensamentos decoloniais e das ações que dele devem derivar.

Assim, a implementação de leituras de narrativas híbridas de história e ficção juvenis que sejam, ou que se aproximem, da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, mediadas pelo professor, no Ensino Fundamental, tem como intuito a formação de um sujeito leitor não só apto a refletir sobre os diferentes processos de manipulação da linguagem, mas, também, sobre o seu passado de subjugação aos europeus. Esse leitor, que denominamos de leitor literário decolonial, é aquele que ao se defrontar com leituras de narrativas híbridas de cunho decolonialista “acaba por descolonizar seu pensamento, isto é, pensar em uma lógica outra que aquilo que foi estabelecido como cânones de pensamento” (Fleck, 2023, p. 24). Para isso, o discurso apresentado aos estudantes não pode ficar centrado na voz unívoca do colonizador, seja em qual área do conhecimento for – como se pode observar, claramente, no relato do “descobrimento” do Brasil presente na *Carta de achamento* (1500), do escrivão Pero Vaz de Caminha –, o qual enuncia os acontecimentos como se a sua versão fosse uma “fatorialidade” inquestionável.

Esse discurso, com tom autoritário e voltado ao verídico, que emana do exercício do poder colonizador, é comum e inerente à grande maioria dos documentos escritos produzidos pelos europeus “conquistadores” em relação à

colonização da América. Toda essa produção escrita sempre foi tomada como fonte de informações autêntica pela história rankeana e muitos deles ainda são referências “obrigatórias” nos materiais didáticos de ensino de história e são empregados com a mesma premissa de outrora: atestam a “verdade”.

Já a premissa dos romances históricos contemporâneos de mediação, bem como das modalidades crítica mediadora e crítica com tendência à desconstrução das narrativas híbridas infantis e juvenis, apontadas por Santos (2023), de apresentar a história a partir de visões periféricas, segundo defendem Fleck (2017) e Santos (2023), coaduna-se com a vertente renovadora dos estudos historiográficos da “história vista de baixo”, apresentada por Sharpe (1992, p. 60). Em seu texto, o autor “recorda-nos de que a nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais”, pois as classes consideradas “inferiores”, também foram agentes históricos e suas ações afetaram o mundo em que eles viviam.

Nessa modalidade de escrita híbrida de história e ficção crítica/mediadora, seja no âmbito das produções para adultos como naquele para leitores infantis e juvenis, são explorados, assim como o proposto pelos historiadores da “história vista de baixo”, diversos “segredos que poderiam ser conhecidos, [e que] ainda estão encobertos por evidências inexploradas” (Sharpe, 1992, p. 62). É, justamente, nessas lacunas deixadas pela história tradicional, que desprezou as vozes subalternizadas pelo poder colonizador, as fontes não oficializadas, que o romance histórico contemporâneo de mediação e as narrativas híbridas infantis e juvenis críticas/mediadoras e com tendência à desconstrução inserem-se, revelando novas possibilidades de leituras do passado, sem a prévia intenção da desconstrução das personagens e dos eventos históricos, porém com um discurso alternativo que mantém uma aura subversiva, assim como é inerente a essa nova perspectiva para os estudos historiográficos.

RELATIONSHIPS BETWEEN LITERATURE AND HISTORY: PATHS TO THE TRAINING OF THE DECOLONIAL LITERARY READER

In this article we seek to demonstrate how history and literature have a common basis: their discursive character, generated from the manipulation of language. In this way, we believe it is important that students, from Elementary School onwards, learn that both history and literature are discourses, produced by

subjects settled in a geographic and cultural historical space that conditions them to write according to certain standards and obeying certain rules, whether ideological, political, economic or of individual interest. To this end, we consider that the teaching of literature can be approached from a critical perspective, expanding common and current readings with more contemporary productions of a hybrid, critical and decolonizing nature. These works of literature for young readers, called hybrid narratives of history and fiction, Santos (2023) are close to the contemporary historical novel of mediation Fleck (2017), which has the premise of retelling history from peripheral visions in line with the “view from below” aspect of history, Sharpe (1992). Furthermore, we support our discussions on the theory of the novel by Lukács ([1965]2009) and the decolonial studies by Grosfoguel and Mignolo (2008). It is concluded, from this study, that inter/transdisciplinary work – especially in the possible dialogues between history and literature –, can contribute to the formation of literary readers who are better educated regarding their past of subjugation to Europeans and the manipulation of language, while ideological instrument of domination.

Keywords: Literature. History. Contemporary historical mediation novel. Decolonial literary reader.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Amado. **Ensayo sobre la novela histórica**. Buenos Aires, 1942.
- BERND, Zilá (Org.). **Escrituras híbridas: estudos em literatura comparada interamericana**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo, SP: UNESP, 1992.
- ESTEVES, Antonio Roberto. **Literatura e história: interfaces**. *Miscelânea*, Assis, v. 13, p. 7-15, jan./jun. 2013.
- FLECK, Gilmei Francisco. **O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção**. Curitiba: CRV, 2017.
- FLECK, Gilmei Francisco. Leituras de narrativas híbridas de história e ficção: A formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental – vias à descolonização. In: FLECK, Gilmei Francisco; CORBARI, Clarice Cristina. [Orgs.] **Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 13-61.

GROSGOUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 29-37, julio-diciembre 2008.

HOLANDA. Sergio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke. **Revista de história**. Ano XXV, n.100. out/dez., 1974, p. 431-482.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LE GOFF, Jacques (org.) **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *et al.* **A Nova História**. Tradução Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978.

LUKÁCS, Gyorgy. **A teoria do romance**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2009.

LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATA INDURÁIN, Carlos. Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica. In: VÁRIOS. **La novela histórica**: teoría y comentarios. Barañáin: EUNSA, 1995.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, PR, 1(1), p. 12-32, 2017a.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade o lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, 2017b.

PAZ, Octávio. La búsqueda del presente. In: SKIRIUS, J. **El ensayo hispanoamericano del siglo XX**. 3.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 431-442.

SANTOS, Vilson Pruzak dos. **Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil**: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora. 2023. 424 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2023.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

TROUCHE, André. **América**: história e ficção. Niterói: EdUFF, 2006.

WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogías decoloniales**. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones AbyaYala, 2013.